

PILULA MAÇÔNICA Nº 134

Discussão Política e Religiosa

As discussões políticas e religiosas já tinham sido proibidas, anteriormente, dentro das lojas pelos estatutos de Anderson. Essas discussões são também proibidas na Maçonaria contemporânea com o mesmo rigor.

Essa proibição se concretizou em 1723 na Constituição de Anderson, onde, no Capítulo referente a “**Deus e Religião**” ficou estabelecido que as opiniões religiosas seriam particulares e a Ordem (Craft) teria a Religião que todos os homens concordam.

Isto, obviamente, era baseado na política dessa nova Grande Loja (fusão de 04 Lojas, ocorrida em 1717, em Londres) para evitar discussões religiosas e políticas, sendo estas os principais motivos de discórdia e destruição da harmonia na época.

Devemos observar que os maçons já tinham conhecimento, naqueles tempos, dos perigos apresentados nas discussões sobre religião e política. A Grande Loja foi formada, em Londres, logo após a rebelião abortiva de James Stuart, o “Antigo Pretendente” (filho de James II). Opiniões políticas e religiosas eram conduzidas de modo duro e amargo, e a desunião entre os Whigs (Hanoverianos) e os Toris (Stuarts) era muito profunda. O primeiro grupo era, na maioria, Protestantes e o segundo grupo, Católicos Romanos.

Uma introdução de qualquer tendência na Política e/ou Religião na Francomaçonnaria, naquele estágio, poderia ser desastrosa.

Além disso, a guilda de pedreiros tinha como princípio fundamental a **Fraternidade** – acima das divisões humanas, tendências políticas, filosóficas ou religiosas. Se optassem por uma das definições teológicas já existentes na época, estariam filiando a Maçonaria à instituição que emitira aquele conceito, e desse modo, afastariam todos aqueles que pensassem de maneira diferente; se propusessem uma nova concepção, estariam dando à Ordem os contornos de uma nova religião, e assim afastariam também os sinceros adeptos de todas as outras (Eleutério N. Conceição).

Os trabalhos no Tempo de Estudo, ou as Conferências, devem evitar esse assunto com cuidado e, por essa razão, o Venerável Mestre reserva-se o direito de proibi-las, se o assunto anunciado, sobre o qual deve estar informado, lhe parecer indesejável.

Até fora da Loja, essas discussões são proibidas, e admite-se que perguntar a um irmão quais são as suas opiniões políticas seja uma indiscrição. Aparentemente, nas Obediências irregulares, essa regra é violada de maneira permanente, e pode-se até dizer que as conferências “anti-religiosas” constituem o essencial dos programas de certas lojas em que o velho anticlericalismo está longe de estar morto. (Alec Mellor – Dic. da Franco Maçonaria – pag. 105).

M.:I.: Alfério Di Giaimo Neto
CIM 196017